

Papéis Do Poder: (Pré)Conceito Político E Relações Público-Privado Em Um Clube De Futebol

Victor Garcia Miranda¹

Resumo: Prática de futebol profissional e política parece serem duas unidades abstratas: a primeira remete às atuações de jogadores com a bola nos pés, divididos em duas equipes compostas por onze pares e que buscam sobressair-se uma sobre a outra com base em gols; a segunda é recorrentemente remetida de maneira jocosa, como um meio imperioso de relações despudoradas entre “políticos” (que buscam proveitos pessoais por meio dos recursos estatais) e os “não políticos” (sujeitos ditos como “usados” pelos políticos para estes se manterem proveitosamente nas instituições estatais). Utilizando-se de análises das tomadas de decisões, dos acontecimentos sociais (em seus “processos rituais”) e das configurações ideológicas forjadas pelos atores sociais em um clube profissional, este artigo visa explicar a partir de uma abordagem de caso como que se dão as relações políticas em um clube de futebol no Brasil. Ao final, percebe-se que a concepção pejorativa de política coexiste a uma trama em que os seus participantes (e que desqualificam aquela) paradoxalmente *agem politicamente*, entre conflitos de interesses, lutas contra outros atores e realização de mobilizações públicas.

Palavras-chave: Estado e esporte no Brasil; práticas políticas no futebol profissional; Cultura organizacional; etnografia do futebol.

Introdução

Política!?! Eu odeio política! Na minha cidade o meu pai tá sempre junto com um candidato lá. Sempre faz campanha pro cara... É fanático! Agora, eu, não. Tempo atrás os vereadores quiseram me dar uma condecoração, parada assim, por eu levar o nome da cidade pelo Brasil e tal. Mas não quis saber, *só querem usar a gente*. [grifei]

A epígrafe deste artigo é constituída por palavras proferidas por um jogador de futebol profissional que atuou em vários clubes brasileiros, principalmente em clubes que disputam somente campeonatos estaduais e por pequenos períodos durante o ano. Ele possui um perfil típico que remete ao de vários jogadores que circulam em itinerância pelo futebol profissional brasileiro.² O referido jogador, um produtor de futebol que aliena sua força de trabalho a um clube de futebol, é um sujeito que possui uma compreensão acerca da política (especificamente a política institucionalizada pelo Estado e seus eventos eleitorais) como o espaço da dominação por meio de pequenos dispositivos localizados do Estado, da submissão de interesses e do oportunismo de “políticos” (os mandatários portadores de funções representativas no Estado) sobre os “não políticos” (o cidadão desprovido de cargos ou funções de representação no Estado) e trata com desprezo o que ele compreende enquanto o *uso das pessoas* (o estabelecimento de relações pessoais com base no interesse de um deles em se sobressair individualmente sobre o outro, por meio de intenções não espontâneas, de generosidade e reciprocidade entre ambos).

O profissional daquela declaração é o mesmo que atuava em um clube comandado por um vereador municipal, sob os auspícios de um prefeito municipal que “apoiava” o clube com o provimento de uma infraestrutura predial e de funcionários para realizarem trabalhos de manutenção na organização (tudo isto com recursos públicos) e entremeados de empresários locais que patrocinavam o clube mediante reuniões nada discretas entre os mesmos, com diretores do clube e o prefeito local, mas realizadas a portas fechadas sem esclarecimentos detalhados sobre seus conteúdos. O atleta que *odeia política* é o mesmo que esteve completamente imerso em uma organização clubística atrelada a numerosas ramificações que misturam interesses, ação e dinheiro públicos e privados, conforme será descrito a seguir.

Diante das constatações referidas, a prática profissional de futebol e a política estão entremeadas entre si por meio de um corpo uno, composto por duas partes de aparências mutuamente estranhas, por ora negativas, ignoráveis e distantes, mas que podem ser percebidas em um único processo que pavimenta a realização do futebol por um clube (assim como qualquer atividade cultural na sociedade). Questionamentos relativos ao “futebol em jogo” e ao “futebol fora de jogo” (a prática e a política) podem emergir para provocar elucidaciones sobre o tema: como que se dão as relações políticas em um clube? Quais são os agentes presentes nas disputas políticas e que se integram organizadamente para que o futebol seja praticado? As relações políticas em um clube resumem-se unicamente às definições efetivadas por um *staff* administrativo privilegiado? Tal problemática será abordada nas próximas passagens textuais, que se iniciam numa conceptualização do que é *política*, passando por explicações contextuais de como que se dão as relações entre público e privado no futebol brasileiro para que, ao final, detalhe-se a respeito da política em ação cotidiana num clube de futebol profissional.

Entre tomadas de decisões, ideologia e processo ritual: a política como uma arena de combate e apaziguamento

Inicia-se esta passagem com a definição mais elementar e fundamental deste texto: *política* é a constituição de tomadas de decisão de sujeitos³ envolvidos (e escalonados) por relações de poder, mediante suas ações⁴ individuais ou coletivas, em situações concretas (cotidiana, social e materialmente realizadas) e por meio de instituições legitimadas socialmente conforme enfrentamentos e/ou alianças entre sujeitos em “campos de batalha” permeados por ideologias. Enfim, política é a reunião de pessoas que se relacionam, entre as motivações e os efeitos concretos que por elas são criados.

Estes sujeitos podem se envolver em confrontações e estabelecerem relações assimétricas, de submissão e dominação, ou conformarem-se entre alianças e sanarem os seus conflitos por meio de acordos, consensos e aceitações mútuas. Entende-se aqui que as relações políticas podem se constituir tanto em conflito quanto em conciliação.

Para que a política seja conduzida por seus sujeitos, as “ferramentas” de execução da mesma são encontradas nas *ideologias* que permeiam as relações humanas. No que diz respeito a este conceito, é apropriado referenciar Thompson (1995) que procura uma definição conceptual que não se vincule à conotação de “falseamento da realidade” (de origens napoleônico-marxianas) ou a sua “neutralização” analítica (própria da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim). Os propósitos de Thompson são os de constituir uma teoria crítica da ideologia, que perceba a capacidade de dominação intrínseca ao seu conceito, e que a mesma proporcione subsídios metodológicos para a compreensão da significação simbólica atinente às relações humanas e de “poder”. Neste trabalho, exerce-se este referencial por meio de análises de discursos dos diversos agentes em suas práticas políticas no clube de futebol.

Compreender e analisar as relações políticas, de acordo com as premissas expostas, corresponde ao entendimento de como que as relações sociais constituem-se enquanto relações de dominação. A interpretação das ações e da ideologia dos sujeitos sociais é encampada neste texto juntamente com a perspectiva de que se deve observar e analisar o *processo ritual* dos *dramas sociais* em que se configuram as relações políticas entre esses sujeitos. Neste sentido, a política existe do modo como propõe Turner (2008), à maneira de um ritual social em constante movimento, que nas curvas, limites e margens de um processo simbólico é que se dão as compreensões dos homens em ação social.⁵

A política é encarada como um elemento cultural, que deve ser investigado nos seus elementos operatórios públicos, ideológicos e rituais/eventuais. Por meio desses referenciais, parte-se para a segunda etapa desta aventura em torno da política em um clube de futebol. A guisa de contextualização, como se encontra a política de um modo geral no futebol brasileiro?

O público e o privado no futebol nacional e internacional

O Brasil, vulgo “país do futebol”, pode ser retratado como o “país da utopia da modernidade no futebol”. A perseguição pelo moderno é algo aparente desde os momentos iniciais da disputa pelo modelo de profissionalização no futebol brasileiro, em que se discutia sobre os caminhos que o esporte poderia traçar ao inserir socialmente a presença de um ator que demandava recursos financeiros para que nele se dedicasse exclusivamente (assim se deu a criação da figura do jogador profissional, com a defesa pública de tal bandeira por Mário Filho [GORDON e HELAL, 2002]). Com a distinção de que a procura pela modernização do esporte, componente este ideológico e que tivera certo teor de “totalidade” nos idos das décadas de 1920-30 no Brasil (de acordo com Gordon e Helal (2002), a crise que impele o esporte mais popular do

país a “perseguir” a modernidade em pleno século XXI é a de teor privatista, fincada em valores empresariais e que “moderniza” por via das relações de mercado.

Tais características são visíveis na atual situação da FIFA: órgão máximo do futebol mundial, que centraliza várias das principais (e mais portentosas) decisões políticas em níveis internacionais, é também a instituição que enaltece o caráter juridicamente privado do esporte; que deslegitima federações e confederações que demonstram algum traço de “ingerência estatal”; que é condescendente com acordos empresariais, de *marketing* e parcerias em negociações de atletas por vezes ilícitos e eticamente deploráveis; que se auto-intitula uma família, sendo esta a ordem privada por excelência e oposta ao caráter público da *polis*, embasada por igualdade e indistinção cidadã (ARENDDT, 2007). Enfim, nota-se com clareza uma “vocaçãõ” da FIFA e de seus atores organizacionais de catalizarem no futebol uma cultura tipicamente definida como a de proeminência da globalização, da financeirização do capital, da sociedade de consumo, da cultura de massas e da proeminência das relações privadas de mercado (JAMESON, 2001).

Dadas estas características, deve-se ressaltar também que futebol e política no Brasil estão ligados umbilicalmente. Isto não é à toa: o esporte mais popular do país serviu de base para tantos casos de ascensão política que alguns, como Collor no alagoano CSA, Eurico Miranda no Vasco da Gama (FRANCO JR, 2007) ou, mais recentemente, Zezé Perrela pelo Cruzeiro são exemplos de como as políticas de tomadas de decisões clubísticas, juridicamente atreladas às esferas privadas, são importantes elos a outras instancias políticas intra-estatais.

As intimidades entre o poder público e as lideranças administrativas de um clube

Esta passagem textual ressalta que há na *cidade X*⁶ uma estreita relação (subvenção) entre o poder público municipal - o mantenedor do estádio – e o clube aqui referido pelo nome fictício de *AlphaGama*, e esta se fundamenta essencialmente na cessão do estádio municipal ao clube de futebol (sem os estádios, os “templos do futebol” e espaços importantes de arrecadação no Brasil, o que seria do futebol profissional contemporâneo?). Evidentemente, há também a participação de agentes privados na gestão do *AlphaGama*, conforme visto em alguns episódios de ajuda voluntária à pintura do estádio (sob o uso irrestrito do clube) ou na entrega de um projeto de reformas ao mesmo, mas percebe-se que o *AlphaGama* encontrou uma estratégia de sobrevivência baseada majoritariamente na ligação com o poder público municipal. A dependência do referido clube para com a prefeitura municipal se baseia no mito de o mesmo ser o “time que divulga a cidade”, representando-a por todos os jogos em que disputa.

Além da satisfação em se possuir um clube para divulgar o nome da cidade, o *AlphaGama* goza de uma espécie de “explicação mítica”⁷ que serve como argumentação em prol daqueles que defendem os incentivos públicos municipais ao clube. Em suas origens, o referido clube foi fundado num período de ocupação de frente de expansão pioneira na década de 1940, em que sequer existia um município emancipado politicamente em sua localidade. Assim, o *AlphaGama* foi criado em um período em que a cidade não possuía uma administração centralizada e independente, com esta se consolidando em quase uma década a posteriori da criação do mesmo (a data de emancipação municipal da *cidade X* é datada em quase uma década de diferença para a fundação do clube).

Tanto alguns torcedores quanto a diretoria e a imprensa local creem que o clube, por meio de uma argumentação mítica de que “nasceu antes da emancipação municipal local”, é uma instituição que deve obrigatoriamente ser ao menos preservada pelo poder público local. As palavras do presidente do clube servem para melhor elucidar tal argumento:

Criou um mito (...). E aí tem que ter a gente pra tocar, com os empresários que sempre fazem esforço e colaboram, e apoio do poder público pra incentivar o time. Porque, se

não, a gente não tem condições. É muito caro manter um time na primeira divisão de um campeonato, aí a torcida não comparece como nesse ano e a gente tem problemas. Tanto que, eu acho, a maior decepção é com a torcida que não vem.

Nas palavras do presidente, há uma forma de responsabilidade quase compulsória para que ele e seus companheiros de gestão “sirvam” ao clube. Como se o mito, produzido socialmente por um povo e com base em suas origens, fosse o responsável por mediar um compromisso inescapável deles perante os seus correspondentes em identidade local. Percebe-se neste caso como que um ator social faz uso de uma argumentação a respeito da coletividade para, assim, ratificar e legitimar suas ações como “liderança em nome do bem geral”.⁸

Não é possível se referir à relação entre público e privado no *AlphaGama* e deixar de considerar o fato de seu presidente ser vereador na *cidade X*. Presente no legislativo há vários mandatos, o presidente do *AlphaGama* é um sujeito com longa trajetória no meio esportivo local. Sua família veio para a *cidade X* há décadas e instalou um estabelecimento comercial na mesma. Com o tempo, o referido criou uma equipe de futsal com o nome do comércio em questão, do qual era jogador, e inseriu-se nas disputas de torneios amadores na cidade. Antes de ser presidente clubístico ou vereador, viveu entre esportistas locais por muitos anos e aproximou-se do meio político neste nicho eleitoral, com seu senso de liderança e popularidade nele estabelecido.⁹

Na esteira dessa crença em relação à instituição *AlphaGama* e do fato de seu presidente ser um vereador, pode-se indicar o modo como há este envolvimento entre público e privado seguindo-se a lógica da montagem da equipe *AlphaGama* para o campeonato. Em primeiro lugar, já existe provimento público ao clube antes mesmo do campeonato: o estádio municipal é concedido gratuitamente ao *AlphaGama*, que tem as instalações de sua sede no próprio estádio, e alguns funcionários que nele trabalham são cedidos pela prefeitura e deles o *AlphaGama* usufrui. Em segundo lugar, antes do início da competição, o presidente do clube reúne-se com o prefeito e ambos reúnem-se com empresários em busca de patrocínio de empresas para a disputa. Posteriormente, ao longo do campeonato, há colaborações da Fundação de Esportes do município – uma autarquia da secretaria municipal de esportes – com ônibus, além dos já cedidos estádio e funcionários que foram remanejados para nele trabalhar. Ao final da competição, particularmente nos acontecimentos inspecionados por este pesquisador, o poder público municipal novamente foi solicitado, mas para ajudar o presidente do clube a sanar a crise financeira do *AlphaGama* com mais quantias arrecadadas junto ao empresariado local.

Este conjunto de ações entre público e privado está configurado no *drama social* que o processo de disputa de um campeonato pelo *AlphaGama* implica. Na seção que se segue tem-se uma narrativa do referido clube em sua participação em um campeonato.

Detalhes de uma trama política em jogo

As relações políticas entre o presidente do clube/vereador municipal e o prefeito municipal eram deliberadamente realizadas em intuito mantenedor ao clube. Destarte, o clube recebia auxílios ditos como de “intermediação” por parte do prefeito frente a empresários locais. Os acordos entre prefeito e empresários, as possíveis concessões (seja de natureza fiscal, financeira ou de qualquer natureza) e a distinção ou não entre os “negócios públicos” e os “negócios privados” nunca foram explicitadas na imprensa ou em conversas do prefeito, vereador/presidente ou empresários locais¹⁰. Mesmo sem se poder adentrar ao conteúdo das intercessões do prefeito frente aos empresários, pode-se constatar publicamente o desempenho da equipe ao longo do campeonato e a vinculação deste aos momentos de negociações mais ou menos intensas ou constantes entre prefeito, presidente de clube/vereador e empresários.

A participação do torneio em questão iniciou-se muito tempo antes das primeiras partidas oficiais serem disputadas. Há cerca de dois meses do início do campeonato, o presidente do clube e o prefeito municipal trabalharam em conjunto no sentido, por eles atribuído, de “angariar fundos para a montagem da equipe”. As consultas aos empresários locais vieram em conjunto com as primeiras contratações da equipe (um treinador e um preparador físico), que auxiliaram o gerente de futebol da equipe a encontrar os jogadores mais “guerreiros” (classificação utilizada pelo próprio treinador) para comporem o elenco desejado.¹¹

No que margeava a disputa efetiva do campeonato, profissionais da comissão técnica agregavam paulatinamente os seus atletas aos treinamentos iniciais. Como os jogadores foram contratados aos poucos, dificuldades foram encontradas na coesão técnica da equipe. Mesmo assim, os atletas treinavam motivados por pagamentos de salários adiantados, algo ressaltado pelos diretores do clube como uma “tradição” em sua agremiação. Orgulhavam-se na imprensa de que o *AlphaGama* pagava os seus atletas com salários em dia ou adiantados e que isto era um atestado aos bons atletas do futebol interiorano, profissionais estes que privilegiavam o clube por meio da vantagem provocada pelos salários pagos em dia. Esta imagem foi desconstruída ao longo dos acontecimentos decorrentes da disputa do campeonato.

Na entrada da equipe no campeonato, duas discussões permeavam a imprensa local. A primeira era em torno das adequações do estádio aos moldes pedidos pela Federação Estadual de Futebol. Por conta de alguns problemas de segurança ocorridos em partidas da série A do Campeonato Brasileiro¹², momentaneamente a CBF e órgãos de segurança pública iniciaram uma ostensiva fiscalização das condições dos estádios que comportavam partidas de futebol profissional pelo país afora. Tal afirmação vinda “de cima”, de um universo do futebol tomado por relações financeiras opulentas e exposições midiáticas espetaculosas (GIULIANOTTI, 2002: 116-141), também refletiu em instâncias menos capitalizadas financeiramente – como o campeonato disputado pela equipe do *AlphaGama*. Por este caminho, a prefeitura da *cidade X* responsabilizou-se pela adequação ao trocar extintores de incêndio, reformar banheiros e instalar grades e lâmpadas diversas pelo prédio público. Todos estes serviços foram realizados por profissionais contratados pelo poder público municipal, por meio de trabalhadores efetivamente concursados e deslocados para os trabalhos no estádio, ou funcionário contratados temporariamente e chamados por “cargos de confiança”.

A segunda discussão foi capitaneada por membros de uma elite local que se diziam grandes “apaixonados pelo *AlphaGama*”, constituídos em maior medida por empresários do setor agroindustrial local. Estes se exibiam nas páginas de jornais, ao lado do prefeito municipal, e se diziam patrocinadores daquela “paixão” desde os tempos em que chegaram à *cidade X*, como pioneiros que foram e crentes de que o clube sintetizava as raízes da cidade. Num dos textos, um empresário conclamava os seus pares a fazer tal investimento enaltecendo a capacidade do clube de “divulgar a *cidade X* para vários lugares” e poder promover a imagem do município para que todos os demais empresários locais se beneficiassem.¹³

O quadro de explícita satisfação e felicidade dos atletas e membros da comissão técnica foi se alterando dramaticamente ao longo do torneio. A equipe iniciou bem o campeonato, avançando com convincentes e numerosas vitórias frente aos seus torcedores. Todavia, os salários começaram a serem pagos com atrasos e os descontentamentos dos atletas a se acirrarem.

Presidentezinho de m... este que a gente tem! O cara não para no clube, vive andando por aí, tirando foto com o prefeito e não paga a gente! E no final ele não manda nada no clube, nem lá vai. E vai ficando tudo largado, a gente ganha pela gente mesmo, porque se depender dele, de salário, das condições do clube... Tamo morto! (...) é que todo mundo busca uma condição melhor mesmo, tamo é de passagem.

O processo de disputa do campeonato levou a uma crise intra-organizacional, evidenciando e acentuando as carências materiais e simbólicas no clube. O *AlphaGama* iniciou uma fase de declínio de resultados, perdendo várias partidas disputadas em estádios espalhados pelo mapa de seu estado e descendendo na tabela de classificação do campeonato. Aumentaram assim as cobranças sobre os atletas, que em revide reclamavam das condições de trabalho a eles proporcionados. Esta contradição produziu um fenômeno que pode ser interpretado como as distinções entre as atitudes coletivas de “palco” e de “bastidores” teorizada por Goffman (1985): nas interações faladas restritas ao ambiente exclusivo dos jogadores (em alojamentos, quartos de hotéis ou no vestiário, em momentos escusos da presença de demais atores), os atletas revelavam a insatisfação perante os atrasos, manifestando a possibilidade de boicotarem coletivamente os treinamentos a ele repassados e demonstrando desestímulo em vencerem as partidas seguintes: “tamo muito bonzinho com esses cara! Vamos parar isso aqui e ver no que que dá!”, disse um atleta; “vocês já sabem pra quem a gente vai perder no próximo jogo? Hahahaha!”, regozijava-se outro, brincando com a situação em que estavam submetidos. Enquanto os bastidores revelavam tais situações de revoltas de caráter publicamente tácito, na imprensa escrita e nos programas de rádio os jogadores demonstravam interesse em obterem vitórias em nome do clube, dizendo-se respeitadores das tradições do mesmo e, em atos de superestimação pública do clube, que o via como um “um dos grandes clubes” do futebol estadual.

Enquanto a equipe declinava no campeonato, os dirigentes do clube demonstravam-se incomodados na imprensa local com a posição da equipe, mas não exerciam cobranças ao time diretamente. A tomada de posição em direção ao conflito, real e publicamente estabelecido, foi feita por meio dos jogadores do *AlphaGama* em reclamação radical pelo não pagamento de seus salários. Teve-se a entrada de um evento de radical demonstração de insatisfação dos atletas perante os seus diretores, naquilo que eles chamaram de “greve”: todos os atletas deixaram de treinar por uma tarde e ameaçaram não disputar a partida vindoura no campeonato, ocasionando o risco de a equipe perder por W.O.¹⁴ e ser punida judicialmente por suspender um evento assumido com a federação local e contratualmente vendido a uma emissora de televisão. Assim se deu um motim de jogadores em frente à sala do gerente de futebol do clube, que na ausência do presidente teve que negociar sozinho com os atletas o fim da paralisação: “não vai ter treinamento pra eles, enquanto não pagarem o que devem!”, gritou um atleta numa espécie de representação de como um momento de tensão como aquele servia para expressar as suas condições de trabalhadores “alienados”, explorados pelos detentores do meio de produção do qual não dispunham (MARX, 2004: 46-47).¹⁵

No dia seguinte o motim foi contornado. Os atletas retornaram ao treinamento e em seu retorno o presidente do clube foi aos jornais e rádios explicar os motivos da paralisação dos atletas: “a culpa não é nossa, é que você faz um jogo e a torcida não vai! O estádio fica vazio e como que a gente vai dar conta, não dá!”. No entendimento deste dirigente, o problema não está na ausência de planejamento dos recursos salariais do clube – conforme aqui demonstrado, os atletas foram contratados a esmo, durante a definição dos recursos da folha – e tampouco no formato de arrecadação financeira que agrega uma mistura entre público e privado (nos ocultos rituais de negociação entre presidente de clube/vereador, prefeito municipal e empresários locais), mas na parca inserção de torcedores nos estádios e na conseqüente pequena arrecadação nas bilheterias. Com poucos torcedores, ficou “difícil tocar o futebol profissional”, em palavras do próprio dirigente, ainda mais com o compromisso mítico-identitário de serem eles tais dirigentes que sustentam um clube que “divulga o nome da cidade”, “representa oitenta mil moradores” ou que “veio antes da cidade X”.

A captação de recursos conseguiu amenizar os conflitos entre jogadores e diretoria. Após o retorno aos trabalhos, os atletas prepararam-se para finalizar o campeonato em algumas partidas – com resultados insatisfatórios perante a opinião da crítica e de torcedores. Na finalização do ciclo do campeonato em questão, os atletas se foram da *cidade X* e destinaram-se a empregos em outros clubes. Com este movimento, tornaram-se frequentes a presença de dirigentes na imprensa local, com o intuito de esclarecerem a situação do clube perante os seus torcedores. Suas falas em público tiveram como conteúdo uma crítica sobre os jogadores, que seriam os culpados pelos resultados negativos na segunda etapa do campeonato. Para esta culpabilização, os argumentos esclarecedores dos dirigentes buscaram um fato ocorrido no período que antecedeu ao declínio da equipe no campeonato: “houve um ato de indisciplina dos jogadores depois do resultado de 1 a 1 contra o ...¹⁶”, disse o gerente de futebol do clube.

Como entender tal explicação carregada de teor moral, que remetem a uma desobediência aos princípios de austeridade e sobriedade que trabalhadores “sérios” deveriam ter com a sua atividade? Ao simplificar a queda de rendimento da equipe no campeonato por meio da culpabilização dos atletas, e apontando um fato demiúrgico para tal decréscimo, os dirigentes do *AlphaGama* exercem uma *ação reparadora* após o findar de um processo de acontecimentos semelhantes à lógica dos dramas sociais de Turner (2008). Para o referido antropólogo, os *dramas sociais* são metáforas elaboradas para a compreensão de acontecimentos sociais em forma de processos rituais, como o drama teatral, que ocorrem por meio de sequências de momentos dramáticos, anarmônicos e conflituosos, em que se estabelecem ações sociais passíveis de transformarem as condições e/ou papéis sociais de seus participantes. A sequência dos dramas sociais podem ser narradas, como foram no presente texto no caso do *AlphaGama* e seus atores sóciopolíticos ao longo do campeonato, com a possibilidade de se utilizar as etapas arregimentadas pelo modelo de Turner como inspiração analítica¹⁷. No caso do *AlphaGama*, o desempenho de sua equipe de futebol no campeonato deu-se no modo de uma unidade processual semelhante à estrutura do *drama social*: iniciou-se com a contratação dos primeiros membros da comissão técnica e jogadores por meio das tomadas de decisões entre prefeito, presidente do clube/vereador e empresários locais com o fim de capitalizarem o clube para a disputa do campeonato; com a estréia no campeonato, a equipe logo se sobrepôs entre as melhores, num momento em que os salários ainda eram providos pontualmente pela diretoria e os conflitos entre jogadores e dirigentes não estava acirrados e publicizados em mobilizações coletivas; o declínio veio com a exacerbação das carências nas condições de trabalho dos atletas no clube, num momento de inércia política entre a cúpula que arrebanhava recursos e patrocinadores ao clube; a este momento, sucedeu-se outro de intensa crítica e mobilização coletiva intra-organizacional dos atletas, em confrontos políticos em que os atletas utilizavam-se da prerrogativa de serem eles os únicos e possíveis responsáveis pela produção do futebol profissional no clube (naquele momento) para operarem negociações em busca de seus direitos – primordialmente, o pagamento de salários; devido a pressão política exercida pelos atletas, os dirigentes do clube movimentaram-se em busca de recursos – com a mesma metodologia de intermediação do representante do poder público local – para que ao menos conseguissem concluir a disputa do campeonato; ao final do campeonato, num intuito de *reparação* da imagem do clube e de seus dirigentes perante a opinião pública, a diretoria do clube expôs uma explicação para a queda de rendimento da equipe, concentrando o foco numa suposta atitude de descompromisso e indisciplina dos jogadores, culpados pelo mau desempenho no campeonato por conta de uma única comemoração de um resultado positivo perante a equipe que liderava o certame naquele período – o subterfúgio de retórica para a direção do clube, que não se responsabilizou pela

política de tomadas de decisão realizada e tentou desviar possíveis questionamentos à uma condenação moral sobre os atletas.

Para além do preconceito político.

Procurou-se demonstrar no desenvolvimento deste artigo como são estabelecidas as relações políticas intra e extra-organizacionais em um clube de futebol em ação partícipe num campeonato de profissionais, no caso uma primeira divisão de um campeonato estadual brasileiro. Não se trata de uma análise ideal em um clube que representa perfeitamente a média dos quase oitocentos clubes de futebol profissional no país - o pesquisador que realizou tal etnografia num clube de futebol tem plena consciência de que é impossível se estabelecer um estudo que consiga sintetizar a realidade do futebol brasileiro em um clube. Todavia, é inegável a potencialidade de se lançar luz sobre as condições de trabalho e as condutas políticas no futebol profissional do referido país por meio de um trabalho microssociológico e micro-histórico (LEVI, 1992) como o aqui exposto. Portanto, tem-se atingido os objetivos do presente estudo somente pelo fato de se elucidar algo de *como que ocorrem as relações de poder numa organização produtora da prática esportivo-cultural mais popular do mundo* (GIULIANOTTI, 2002: 7).

Após estas considerações, pode-se explicitar por meio da sistematização das observações efetuadas no *AlphaGama* que há nele um microssistema sóciopolítico, com relações de poder hierarquicamente superiores (além de pouco transparentes e não pautadas em prestações de contas públicas) entre o prefeito municipal, o vereador municipal e presidente do *AlphaGama* e um grupo de empresários locais que se perfazem como solidários, desinteressados e apaixonados colaboradores do clube. Tais relações se manifestam de modo intermitente, em momentos esporadicamente necessários – por vezes de crise e conflituosos – em que se façam intervenções de subvenção financeira ao clube, buscando a manutenção de sua ordem (assim, deste microssistema). Imbricados a este microssistema e em posição de dominação desfavorável nas tomadas de decisão (pois mesmo que em posição de produtores imediatos do “produto-futebol”, terminam por somente venderem a força de trabalho ao clube e não exercerem oficialmente posições de direção no mesmo) estão os jogadores de futebol que disputaram o campeonato pelo clube. Vale ressaltar que a condição desprivilegiada destes profissionais no microssistema sóciopolítico do clube não é sinônimo de inferioridade na capacidade de mobilização coletiva e do exercício de pressões sobre os dirigentes do clube – não obstante ser inegável que a maneira dos atletas se mobilizarem foi, em sobremaneira, por meio de artifícios peculiares¹⁸ e menos por meios políticos de mobilização estritamente pública, ou seja, em caráter de mobilização cidadã em luta de direitos.

Todavia, mesmo que de modo minoritário (pois ocorrida uma única vez no campeonato), o grau de tensão entre os atores sociais no clube e a capacidade de aglutinação política dos atletas demonstrou, sim, um caso emblemático de luta política: a confrontação dos atletas aos dirigentes pelos atrasos salariais, por meio de um motim e da subversão da rotina de treinos por um dia, foi uma demonstração de ação política capaz de desestabilizar momentaneamente a ordem e de pautar ações políticas dos adversários por meio do estabelecimento de um *dissenso* (RANCIÈRE, 1996) – que prontamente tiveram que buscarem recursos em nome do clube, mesmo que para tal fim os dirigentes procedessem uma questionável e obscura mistura de papéis públicos e privados).

Ainda sobre a mescla de interesses e concessões entre Estado (o público, em papéis de intermediação assumidos por representantes do poder público municipal) e clube de futebol (o privado, no papel dúbio representado pelo presidente do *AlphaGama*), uma questão pode ser elevada: haveria ilícitudes, transgressões às normas jurídicas ou, em uma palavra explosiva,

corrupção proveniente dessa relação? O autor do presente texto endossa que este questionamento não foi o objetivo da pesquisa realizada, pois a investigação corrente possuiu um caráter científico (e não “policial”). Portanto, não se chegou a conclusões referentes a esta questão.

Por fim, ressalta-se que dentre os atores sociais que interagem e compunham o *AlphaGama*, os jogadores de futebol eram o elo mais frágil do interpretado microsistema sóciopolítico. Este entendimento leva em conta as suas condições enquanto excluídos dos processos decisórios no clube e, além disto, das condições de trabalho degradantes aos quais eram submetidos: moradores de hotéis em precárias condições sanitárias, acumulados em quartos divididos com diversos outros colegas, submetidos a altas cargas de trabalho físico e receptores de baixas remunerações (no clube pesquisado, a **média** salarial era de 1.000 reais por mês! E isto com diversos atrasos), os atletas profissionais inclinavam-se às suas condições crentes de que poderiam utilizar o *AlphaGama* como mola propulsora de suas carreiras. Ou seja, os jogadores estudados eram sujeitos explorados e degradados por suas tarefas, contudo condescendentes com as perspectivas de ascensão profissional por meio de iniciativas individuais e de liberdade de mercado. (“jogo, então to trabalhando e quero receber por isso. É lei da oferta e da procura, eu dô o meu serviço que eles dão o dinheiro deles”, disse surpreendentemente um dos atletas entrevistados!).¹⁹

Cabe a este pesquisador, em meio a essas concepções percebidas entre os jogadores, utilizar tais traços ideológicos para compreender o modo como os atletas tratam o conceito de “**política**” enquanto uma atividade desonrosa, oportunista e desprezível. Estes (pré)conceitos estão coadunados às suas próprias condições de subalternos num sistema. As experiências imediatas de política dos atletas no *AlphaGama*, em âmbito de relações entre agentes do Estado e do clube, foram quase sempre negativas e remetentes à política como a atividade em que prefeito, vereador e patrocinador agem em conjunto (à revelia dele, jogador de futebol) para a sustentação de sua atividade profissional e ratificam pelas mãos do Estado a sua condição dominados.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARBOSA, Lívia. *O jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: ETC, 1970.

GORDON, C. HELAL, R. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. *Ecopós*. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 37-55, 2002.

JAMESON, Frederic. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. Mitológicas 1. São Paulo: CosacNaify, 2004.

MARCUSE, Hebert. *Eros e civilização*. São Paulo: LTC, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de uma sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: _____; RIZEK, C, S (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.p. 15-45.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In. NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1996.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

¹ Prof. Ms. Victor Garcia Miranda, Ciências Sociais – UFMS/CPNV.

² As condições de trabalho são caracterizadas por ser somente em cerca de seis meses ao ano; pela mudança de clube quase todos os anos, com tendência a uma alternância anual entre os clubes de um mesmo campeonato estadual; por viver em alojamentos, casas ou hotéis “pagos” pelos clubes, dividindo seu quarto entre vários companheiros atletas que também trabalham temporariamente e em itinerância; por passa por semanas ou meses longe da família, que em geral mora em outra cidade e estado.

³ Os *sujeitos* são os agentes sociais passíveis de serem *interpretados* em correspondência com seus *objetos* presentes em ações sociais simbólicas. Esta acepção advém de Turner (2008).

⁴ O paradigma da ação é aqui compreendido como as práticas de indivíduos e coletividades em movimentos delimitados *temporal e espacialmente*, que interagem concretamente com gestos corpóreos e palavras transferidas em circunstâncias de encontros sociais. Esta definição é inspirada em Goffman (1970; 1985).

⁵ Turner propõe a construção de uma sociologia simbólica que apreenda dramaticamente as relações humanas, e tal apreensão deve se ater à compreensão dos “paradigmas” humanos, que são elementos abstratos e possível (ou impossíveis) de serem encontrados somente na mente das pessoas. Devido a esta impossibilidade – uma clara crítica de Turner ao estruturalismo de Lévi-Strauss –, a compreensão dos ditos se dará na prática social/ritual, em outras palavras, nos eventos sociais. Estes ocorrem concretamente em *arenas* (Turner, 2008: 15), daí o interesse deste texto em compreender *política* nelas: o modo como concretamente os acontecimentos se processam, e como a política se realiza.

⁶ Utiliza-se neste texto do anonimato das fontes, por conta da contemporaneidade premente nas informações utilizadas na análise.

⁷ Não se pretende estabelecer uma análise das estruturas do mito de origem do *AlphaGama*, devido a impossibilidade de se estabelecer a posição do referido mito (que ilustra as origens de um clube, serve para organizar as formas de se pensar dentro do clube e para dar sentido à existência do mesmo) em meio ao sistema mitológico inserido para o seu “bem pensar” (LEVI-STRAUSS, 2004).

⁸ Os meios de imprensa locais também defendem o apoio do poder público, sobretudo a radiodifusão, com a mesma justificativa “mítica” e com base na repulsa à inserção de empresários no meio futebolístico. De acordo com efusivas palavras de um radialista local, que defendia a colaboração dos torcedores no pagamento de ingressos no estádio, “é um clube que veio antes da cidade! É o legítimo patrimônio histórico do nosso município, então cada um tem que

fazer a sua parte”. Em outro momento, quando da ocorrência de atraso no pagamento de salários no clube, outro radiojornalista indignava-se: “Tem que o presidente [do *AlphaGama*] e o prefeito se reunirem [e] o prefeito tem que ajudar o *AlphaGama*! É como eu digo, a gente vai passar, jogador vai embora, dirigente muda, mas o *AlphaGama* vai continuar aí, e representando oitenta mil moradores da cidade X!”. Em seguida, o seu colega de emissora falava em “luta”: “é uma luta pra defender o que é nosso, porque depois chega empresário aqui e faz a farra com o clube. Pra ter futebol tem que ter ajuda da comunidade, e ajuda da prefeitura a gente sabe que não pode [ser] com dinheiro, mas pra mobilizar os empresários pode e tem de fazer!”.

⁹ A atuação política do vereador e presidente do *AlphaGama* é algo coerente com a sua facilidade em negociar patrocínios ao clube. Ele é um exímio líder de consensos na política local, destacando-se por ter sido eleito presidente da câmara da cidade X por cinco vezes e por ser um legislador que atua em proximidade com o prefeito municipal – sendo em alguns momentos taxado pejorativamente de “situacionista” por críticos locais. É um sujeito que transmite carisma em seus diálogos e consegue aliar a isto os seus posicionamentos perante as situações que tem de resolver: “Olha, aqueles caras que tão pulando o muro na hora do jogo tem que ser botados pra fora! Mas dá vontade de dar uma caixa de cerveja pra eles, olha a altura daquilo!”, disse em uma conversa sobre a segurança das partidas, num tom de agradável simpatia. Pode-se afirmar que uma importante característica de gestão do presidente do *AlphaGama* é lidar com esse *jeitinho* todo seu (BARBOSA, 1992: 80) - em momentos misturando o público e o privado e suscitando reciprocidade difusa - e de maneira positiva perante os seus interlocutores.

¹⁰ Para melhores esclarecimentos, nunca foi explicitada em conversas estabelecidas pelo presente investigador e os dirigentes do clube, prefeito ou empresários “apoiadores”. Talvez pelo fato de este pesquisador não ter construído o devido vínculo que possibilitasse o acesso a tais informações.

¹¹ Na esteira das primeiras vindas de jogadores ao clube, eis que se deu a fixação do orçamento mensal do clube – setenta mil reais mensais, para serem gastos em salários. O valor foi divulgado, mas não houve uma prestação de contas detalhada acerca do modo de como seria designado este erário. Sabe-se que não estiveram inseridos neste erário os gastos com a adequação e a manutenção do estádio na disputa do campeonato – despesa transferida à prefeitura municipal, especificamente à sua Fundação de Esportes –, como tampouco foram discernidas as fontes de tais recursos (se de auxílio das empresas intercedidas pelo prefeito, se correspondentes a um caixa acumulado previamente no clube).

¹² Os incidentes de pancadaria entre torcedores ocorridos no Couto Pereira, na partida entre Coritiba e Fluminense pela série A do Campeonato Brasileiro de futebol de 2009, provocaram autoridades públicas e federações a fiscalizarem ostensivamente vários estádios de futebol utilizados profissionalmente no Brasil.

¹³ Há neste discurso um conteúdo atrelado ainda à hegemonia desenvolvimentista (OLIVEIRA, 2007) de uma região identitariamente tida como una, além de que ele tenta transparecer elementos que valorizam a espontaneidade e o desinteresse no ato do patrocínio da equipe. Estes elementos podem ser identificados com o tradicionalismo (MARTINS, 1994) em um local de forte incidência da igreja católica, em seus valores de humildade, coletividade e afirmação espiritual que se sobressaem aos princípios éticos de mercado, de frieza e indistinção nas relações, individualista e materialista de uma concepção moderna de *marketing* esportivo. No mundo dos “negócios empresariais modernos”, das concepções empresariais voltadas para a imagem dos produtos que podem os potencializar em velocidade de consumo e de intenções a mais alta lucratividade, a afirmação “apaixonada” do empresário que estamparia a marca de sua empresa na maior parte da camisa da equipe (e em vários outros acessórios dos atletas, bem como nas paredes do estádio que é público) pode ser interpretada também por meio da sedução em busca da *mais repressão* de Marcuse (1999), com o amor sendo um símbolo da incorporação da dominação do sistema capitalista, sendo a forma empresarial de *marketing* uma instituição que procura dominar as pulsões fundamentais dessa humanidade por ele atingida.

¹⁴ O *Walking Over* ou W.O. é o resultado inferido sobre uma partida que deixou de ser realizada por conta da ausência de um dos adversários.

¹⁵ Na consolidação das negociações, os atletas requisitaram o pagamento em um dia, ou não retornariam aos treinamentos e deixariam de disputar a partida subsequente, enquanto o dirigente supracitado alegou que contactaria o presidente (em viagem política à capital federal, Brasília) e que buscaria recursos financeiros para efetivar os pagamentos necessários – todavia, pediu dois dias de espera. O acordo foi firmado. Chegava-se às bordas do final do campeonato, e o clube deveria novamente reunir prefeito e empresários locais no intuito de captarem recursos ao caixa do *AlphaGama*.

¹⁶ O clube citado era o líder daquele campeonato.

¹⁷ Para Turner (2008: 33-37), os dramas sociais possuem quatro fases observáveis: a primeira uma *ruptura* de relações sociais formais, a segunda uma fase de *crise* crescente em que se agudiza a ruptura iniciada, na terceira

ocorre uma *ação corretiva*, em que se procura conter a crise iniciada, e a quarta um processo de *reintegração* e reparação do ator social em sua condição ou papel inicialmente presente.

¹⁸ Conforme uma passagem evidenciada por este texto, muitas vezes o revide dos atletas em suas condições de dominados na escala de relação de poder intra-organizacional se dava por meio de ausências de dedicação em alguns trabalhos cotidianos, do excesso de comida que ingeriam em algumas refeições, do uso do telefone do clube em ligações interurbanas – explicitamente proibidas no *AlphaGama* – e a elaboração de lesões irreais para se ausentarem de algumas partidas. Pela conotação predominantemente privada, excessivamente individualista e inócua em se efetivar institucionalmente em direitos, José de Souza Martins (1994) diria que tais atos se trataram de mobilizações de caráter pré-político.

¹⁹ Portanto, o constructo de concepções e conhecimentos dos atletas é condizente com a sociabilidade proveniente da ideologia liberal, num discurso que segundo Oliveira (2007: 31) alia num plano macrossociológico a desregulamentação do mercado e a livre iniciativa dos indivíduos com a financeirização de dívidas estatais, as perdas dos controles cambiais e a abertura indiscriminada às importações.